



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONSELHO DE POLÍTICA DE ASSENTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1572, DE 22 DE JULHO DE 1997.

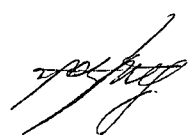
**Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária do
Conselho de Política de Assentamento - CPA
Instituído para assessorar o Governo do Distrito
Federal no planejamento, acompanhamento e
monitoramento do Programa de Assentamento
de Trabalhadores Rurais – PRAT.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de março do ano de dois mil e dezessete, no Centro de Capacitação e Comercialização – CCC, localizado no CEASA/DF, reuniu-se o Conselho de Política de Assentamento- CPA, instituído pela Lei nº 1572, de 22 de julho de 1997, com a presença dos Conselheiros: **JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL** Titular do Poder Executivo e Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimentos e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, SEAGRI-DF; **ANTÔNIO ALEXANDRE ALBANO DA COSTA**, suplente representante do Poder Executivo e Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da SAF/SEAGRI; **DIOGO SANTOS DE PAULA**, suplente do Poder Executivo da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP; **REJANE PIRES DE SOUSA**, suplente do Poder Executivo, representando a Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, SERIS-DF; **FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA**, titular representante do Fórum de Entidades Agrárias – líder da FETADFE; **EDMAR SOUSA TAVARES**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e líder do MST/DF; **CLAUDIA PEREIRA FARINHA**, titular representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder da FETADFE; **LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MTD; Como convidada registrou-se a presença de **VIVIANE SILVEIRA ANJOS**, Diretora de Assentamentos Rurais da SEAGRI-DF e **GLEIDE CÉLIA VIRGOLINO DA SILVA**, Assessora Técnica, que secretariou a presente reunião. Registrou-se a ausência de **JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA**, conselheiro titular representante do Poder Legislativo (ausência justificada); **ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR**, titular representante da Ordem dos Advogados do Brasil **JOSÉ MÁRIO DA SILVA DE SOUZA**, suplente representante do Fórum de Entidades Agrárias e Líder do MLT e **MANOEL DA CONCEIÇÃO VAZ JUNIOR**, titular representante do Fórum das Entidades Agrárias e Líder do MBST/DF. Para dar início a reunião, que foi aberta e presidida pelo Conselheiro **JOSÉ**

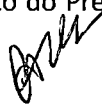
GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL, destacou-se a pauta, a saber: 1. Verificação de quórum; 2. Apresentação e posse dos novos conselheiros; 3. Leitura e aprovação da Ata da 20ª Reunião do CPA; 4. Apresentação do Cronograma de reuniões para 2017; 5. Processo de Seleção do PRAT; 6. Informes gerais sobre o andamento de áreas decretadas e projetadas e informes sobre o Programa do Crédito Fundiário. O Secretário, José Guilherme, como conselheiro titular presidiu a reunião iniciando com a verificação de quórum. Em seguida solicitou a apresentação de todos os presentes e informou sobre as alterações de membros do conselho, realizando posteriormente a assinatura dos termos de posse dos dois novos representantes presentes: Antônio Alexandre Albano da Costa, suplente representante do Poder Executivo, representando a SEAGRI-DF e Rejane Pires de Sousa, suplente do Poder Executivo, representando a SERIS-DF. A senhora Esteniza Fernandes da Costa, representante do Sindicato de trabalhadores e trabalhadoras Rurais – STTR/DF, pediu a palavra para solicitar que esse Sindicato componha o Conselho, em virtude de sua importância nas atividades rotineiras dos trabalhadores rurais do Distrito Federal. Em reforço à solicitação a Conselheira Claudia Farinha reforça a entrada do sindicato no CPA, porém informa que caso não seja possível incluir mais um representante que seja feita a substituição da FETADFE/DF pelo STTR/DF, uma vez que o sindicato tem atuação de maior foco nos temas tratados no CPA. Em resposta, o Conselheiro José Guilherme esclarece que para incluir mais representantes seria necessário alterar o Regimento Interno, porém o Fórum responsável pelas indicações dos representantes de trabalhadores rurais pode solicitar por meio de ofício a alteração dos titulares e suplentes representantes diretamente ao CPA, de maneira que o Sindicato tenha poder de voto no referido Conselho. Passando para o terceiro ponto da pauta foi realizada a leitura da Ata da 20ª Reunião do CPA que sofreu pequenas alterações e foi aprovada por todos os membros presentes. O quarto ponto da pauta foi a proposição de um cronograma de reuniões para 2017, ficando definidas as seguintes datas: 23 de maio, 18 de julho, 26 de setembro e 21 de novembro. Adentrando no quinto ponto da pauta Viviane Anjos, Diretora de Assentamento Rurais, apresentou os encaminhamentos da 20ª Reunião do CPA. O primeiro tópico abordado pela Diretora foi sobre a criação do Grupo de Trabalho - GT para elaboração do edital de seleção de famílias, o qual foi normatizado pela Portaria nº 72, de 02 de setembro de 2016. Os representantes designados para participar do GT foram: Hector Carlos Barreto Leal, da SEAGRI/DF, como coordenador do GT; Diogo Santos de Paula, representante da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP; Ercides Lima de Oliveira Junior, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Edmar Sousa Tavares, do Movimento dos Sem Terra - MST; Esteniza Fernandes da Costa, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno; e Tatiano Ramos Tavares, do Movimento de Luta pela Terra – MLT. Além dos membros indicados na portaria também participaram a título de colaboração: Viviane Anjos e Gleide Silva, ambas servidoras



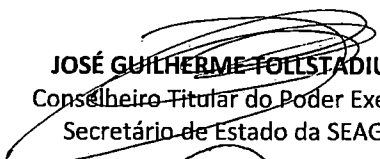
para facilitar e desburocratizar a disponibilização das áreas passíveis de destinação. Em relação à área do futuro assentamento José Wilker o Secretário, José Guilherme, fez um esclarecimento sobre a área abordando que tanto a SEAGRI quanto a Terracap foram notificadas pelo Ministério Público a respeito da destinação da área que foi destinada ao assentamento José Wilker sendo que tal poligonal faz sobreposição à área do Polo de Cinema e Vídeo de Sobradinho. Foi realizada uma audiência entre Secretaria de Cultura, SEAGRI, TERRACAP, movimentos sociais e a associação de cinema de Brasília. Ficou acordado nessa audiência que a Secretaria de Cultura, responsável pelo projeto do Polo de Cinema fará uma proposta à SEAGRI para atender as famílias acampadas e a demanda do setor áudio visual. A SEAGRI está no aguardo do posicionamento da Secretaria de Cultura, para, posteriormente, fazer a gestão junto a Terracap, no intuito de manter a destinação da área para o PRAT. Como informes gerais, foram esclarecidos alguns andamentos sobre as seguintes áreas: áreas denominadas Fascinação, Roseli Nunes e José Wilker, estão em fase de licenciamento ambiental junto ao IBRAM; Pinheiral, o projeto está sendo estudado de maneira que possa ser implantado em 2 etapas, parte das famílias entrarão com processo de regularização fundiária e o restante fará parte da seleção por meio do PRAT; Mangueiral – foi identificado que parte das famílias não se enquadram no PRAT, e outra parte não atende aos requisitos da legislação da Regularização Fundiária. Em virtude disso, a área foi devolvida à Terracap, por não se enquadrar na legislação que prevê lapso temporal. Além disso, foi identificado parcelamento irregular em algumas parcelas, porém a Secretaria está estudando caminhos para o processo caminhar por meio da regularização fundiária. O conselheiro Diogo Santos informa que a Terracap realizou um estudo dos anos de 2012 a 2016 para demonstrar a situação de ocupação irregular, ficando constatado de fato que existem muitas irregularidades. A Terracap solicitou à AGEFIS medidas cabíveis para desobstruir tais irregularidades. Esteniza pede uso da palavra para fazer uma denúncia sobre cercas novas piquetadas nas proximidades do Mangueiral, e pede que o governo providencie uma fiscalização no local para averiguação. Em resposta o Conselheiro José Guilherme informa que solicitará uma fiscalização no local. A conselheira Claudia Farinha pede que seja registrado com destaque na ata a preocupação e a atuação dos movimentos e do Sindicato – STTR na luta pela resolução de áreas que estão estagnadas aguardando a muito tempo uma ação do governo para a organização e destinação real das áreas já solicitadas. Tatiano Tavares pede uso da palavra para destacar que é preciso ter cuidado nas questões de validação do processo de regularização da Granja Progresso, uma vez que existem provas no processo que de fato invalidam a concessão para o atual ocupante. Atenta também para o perigo que é o governo validar um processo que contenha dados fragilizados com informações contraditórias. Em resposta à indagação, o Secretário José Guilherme informa que pedirá uma consulta mais apurada. Em continuidade aos informes, Viviane Anjos fala da publicação da Portaria 21, de 22 de fevereiro de 2017, que designou os



da SEAGRI-DF e Márcio Borges, servidor do INCRA/SR-28. O GT se reuniu na sala da Subsecretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário por quatro vezes para debates e elaboração da minuta do edital de seleção de famílias. A minuta, depois de finalizada, foi encaminhada à Assessoria Jurídico Legislativa - AJL da SEAGRI-DF. A diretora, Viviane Anjos, também esclareceu que como resultado dos debates do GT de Seleção de Famílias foi possível minutar a portaria de seleção dos beneficiários do PRAT que teve como base a minuta do edital de chamamento público. Foi informado que a SEAGRI-DF publicou a Portaria nº 89, de 29 de novembro de 2016 que define os procedimentos para seleção dos beneficiários do PRAT. Esta Portaria foi referendada por todos os conselheiros presentes na reunião. A diretora esclareceu também que a minuta do edital de seleção das famílias foi submetida à apreciação da Procuradoria Geral do Distrito Federal que recomendou conforme parecer nº 0197/2017 - PRCON/PGDF, que atentasse para a condição de homologação do edital pelo CPA. O Secretário José Guilherme apresentou aos Conselheiros a minuta submetida à Procuradoria e colocou em votação tendo sido aprovada por todos os conselheiros presentes, ademais, o conselheiro José Guilherme informou a previsão dos chamamentos públicos dos assentamentos já criados que são respectivamente: Assentamento Santarém, com previsão de 4 unidades familiares, Assentamento 10 de Junho, com previsão de 35 unidades familiares e Patrícia & Aparecida, com previsão de 24 unidades familiares. O Secretário José Guilherme informou que após o lançamento e finalização do primeiro edital, poderão ser realizados ajustes nos editais futuros, caso haja necessidade. Dando continuidade à reunião foram apresentados os encaminhamentos da 20ª reunião, a saber: Solicitação da alteração da poligonal do Santarém – os documentos foram enviados à Terracap em novembro de 2016; Entregas dos Contratos de Concessão de Uso Probatório do Assentamento Santarém, foram realizadas em dezembro de 2016; Publicação do Decreto do Assentamento Patrícia & Aparecida, foi publicado em 30 de dezembro de 2016, por meio do Decreto 37.932; Reunião com a Superintendência do Patrimônio da União – SPU - foi realizada a reunião com o superintendente da SPU, para viabilização de áreas da União para transferência para o GDF; Reunião com a Terracap para o estudo da viabilidade de disponibilizar áreas desapropriadas em comum para o PRAT, foi realizada reunião com o presidente da Terracap onde ficou acordado que a SEAGRI-DF faria a solicitação da área denominada Acampamento 27 de setembro, onde famílias vinculadas ao MST residem acampadas. Fazendo uso da palavra, Francisco Lucena sugere que seja feito um estudo para que se crie uma base de solução em áreas passíveis de destinação, uma vez que, sabendo como será feita a atuação em áreas desapropriadas em comum, seja possível ter noção da real possibilidade de destinação. Nesse sentido, o conselheiro Diogo de Paula esclarece que o caso é complexo quando tratamos de área desapropriada em comum, o processo em geral é inviabilizado, porém é de entendimento do Presidente da Terracap que estudos sejam feitos



servidores para compor o GT de Infraestrutura e Serviços Básicos nos Assentamentos de Trabalhadores Rurais. Foi informado também sobre a publicação da Lei n 5.803, de 11 de Janeiro de 2017, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao DF ou à Terracap, sendo destacado o art. 28 que prevê: "O DF deve estabelecer em até 180 dias da publicação desta Lei, as áreas destinadas para a criação de assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos do PRAT". Outra informação repassada pelo conselheiro José Guilherme foi sobre a questão da habitação rural, pois existe a preocupação dos encaminhamentos das documentações, uma vez que o programa junto ao Banco do Brasil não tem funcionado muito bem. Nesse sentido, o Secretário José Guilherme, solicita, que seja dado como encaminhamento que a conselheira Rejane Sousa ajude nesse processo promovendo a articulação de uma reunião entre Ministério das Cidades, SERIS/Casa Civil e SEAGRI, na busca de soluções viabilizando a resolução e agilidade na contratação da construção das casas rurais. O último informe da reunião foi acerca do Programa do Crédito Fundiário: o GDF irá formalizar o Programa junto a SEAD e Emater, no intuito de disponibilizar a estrutura para instalação da UTE no DF/RIDE. Além disso, a SEAGRI acertou com a EMATER, fazer um estudo para que até maio deste ano, após os trâmites burocráticos, a implantação seja realizada. Cumpridos todos os pontos da pauta, o presidente da reunião José Guilherme agradece a participação de todos encerra os trabalhos. **Ata segue lavrada pela assessora técnica da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e assinada por todos os conselheiros presentes.**



JOSÉ GUILHERME FOLLSTADIUS LEAL

Conselheiro Titular do Poder Executivo e
Secretário de Estado da SEAGRI-DF



DIOGO SANTOS DE PAULA

Representante do Poder Executivo da
Agência de Desenvolvimento do Distrito
Federal – TERRACAP



ANTÔNIO ALEXANDRE ALBANO

Conselheiro Suplente do Poder Executivo e
Subsecretário da SEAGRI-DF



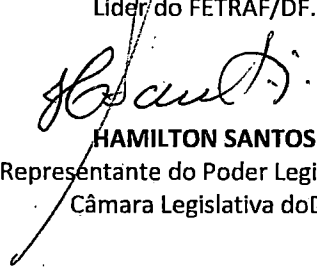
FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA

Conselheiro Titular Representante do
Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do FETRAF/DF.



REJANE PIRES DE SOUSA

Conselheiro Suplente do Poder Executivo e
Secretário de Estado da SERIS-DF

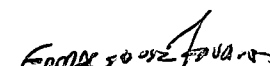


HAMILTON SANTOS

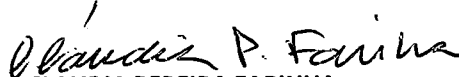
Representante do Poder Legislativo –
Câmara Legislativa do DF



LUCIANO MOREIRA DOS SANTOS
Conselheiro Suplente Representante do
Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do MTD



EDMAR SOUSA TAVARES
Conselheiro Suplente Representante do
Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do MST/DF.



CLAUDIA PEREIRA FARINHA
Conselheiro Titular Representante do
Fórum de Entidades Agrárias e
Líder do FETADFE